IMPRESSO

BOLETIM SINTEPS

FILIADO À CUT E À FASUBRA

Nº 58 - Fevereiro/2017

JUNTOS, CONQUISTAMOS MAIS!

Sinteps na rede
Site: www.sinteps.org.br
Facebook: http://www.facebook.com/sindicatodostrabalhadores.sinteps
Twitter: https://twitter.com/SINTEPS1993
YouTube: TV Sinteps

CDB fecha Pauta 2017 e indica o caminho da mobilização

Vamos à luta por 32,34% para todos, valorização dos administrativos e outras reivindicações em defesa da nossa dignidade enquanto trabalhadores do Centro!

Campanha unifica atividades específicas da categoria com a luta geral contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, como a aposentadoria!

A consulta realizada pelo Sinteps – em reuniões nas unidades, *e-mail* e pesquisa *online* – apontou as prioridades que a maioria dos professores, auxiliares docentes e técnico-administrativos quer reivindicar na data-base 2017: reposição salarial com base nos índices da inflação medida pelo ICV-Dieese, respeito à política salarial com os índices do Cruesp (os mesmos pagos na Unesp), valorização aos administrativos, revisão da carreira de 2014, plano de saúde, auxílio alimentação, entre outros.

Com base na tabulação das propostas e sugestões vindas da categoria, o Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps reuniu-se no dia 20/2/2017 e definiu a Pauta de Reivindicações deste ano. Em relação ao índice salarial, foi unânime a indicação de que devemos reivindicar **32,34%** para todos. Esse número leva em consideração o fato de que não tivemos reposição alguma em 2014, 2015 e 2016.

A recuperação salarial do pessoal técnico-administrativo do Ceeteps, indiscutivelmente o mais prejudicado e mais arrochado da instituição, conta com reivindicações adicionais. Além do índice de 32,34%, queremos também a equiparação dos pisos do segmento administrativo aos que são pagos na Unesp.

Nas *págs*. 2 e 3, saiba mais sobre as reivindicações da Pauta 2017.

Mobilização, já! Rumo à greve da categoria! Calendário começa em 8 de março!

Na reunião do CDB, em 20/2, o debate sobre a campanha salarial dos trabalhadores do Centro em 2017 teve como pano de fundo a conjuntura geral do país. Foi consensual a avaliação de que, neste ano, além das nossas lutas específicas, também temos que engrossar a mobilização da população trabalhadora, contra os ataques que sopram de Brasília, como a reforma da Previdência, a mutilação dos direitos previstos na CLT, entre outros. Na esteira destes ataques, o governo ilegítimo de Michel Temer já conseguiu concretizar algumas medidas danosas, como a aprovação da PEC 55, que congela por 20 anos os recursos para a saúde e a educação, e da MP 746, que institui a reforma do ensino médio sem nenhum debate com a sociedade.

Neste cenário, o CDB apontou a necessidade de mesclar e unificar o calendário de lutas mais específico da categoria com as lutas contra as reformas da P revidência e trabalhista (*confira mais sobre isso na página 4*).

Nas próximas semanas, temos duas datas nacionais de luta contra estas reformas: **8 e 15 de março**. A orientação do Sinteps é que os trabalhadores participem das atividades destes dias, o que servirá também como combustível

na mobilização da nossa data-base 2017 e mostrará ao Centro e ao governo Alckmin o grau de insatisfação da nossa categoria. A hora é agora! Vamos lutar por nossos salários e benefícios, contra a retirada de direitos!

A seguir, confira o calendário:

8 de março: No Dia Internacional da Mulher, haverá atividades nacionais e regionais. O objetivo é protestar contra os ataques que atingem mais duramente a mulher, como é o caso das novas regras propostas para a aposentadoria. Neste dia, haverá reunião do CDB, na sede do Sinteps, seguida de participação na atividade prevista para São Paulo. Nas demais cidades, a dica é se integrar às atividades municipais e regionais.

Obs: Informe o Sinteps (sinteps@uol.com.br) sobre o que vai ocorrer na sua cidade e região neste dia.

15 de março: Greve Geral Nacional da Educação convocada pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. De forma unificada, as centrais sindicais também estão convocando para esta data o "**Dia nacional de lutas, com greves e paralisações contra a Reforma da Previdência**". O Sinteps orienta os trabalhadores a paralisarem o trabalho neste dia e participarem das atividades conjuntas com as demais categorias, na cidade ou região.

Reunião do CDB, em 20/2, que aprovou a Pauta 2017

Obs: Informe o Sinteps (sinteps@uol.com.br) sobre a aprovação da paralisação em sua unidade e sobre as atividades previstas neste dia para sua cidade e região.

De 20 a 30 de março: Realização de assembleias setoriais, nas unidades, para discutir o indicativo de **GREVE GERAL DA CATEGORIA POR PRAZO INDETERMINADO** a partir de 4 de abril, caso o governo não dê respostas satisfatórias à nossa pauta até o final de março.

De 20 a 23 de março: Distribuição de carta aberta à comunidade e coleta de abaixo-assinado em defesa das nossas reivindicações. Neste período, o Sinteps também indica a **redução da jornada de trabalho em 10 minutos**, em cada turno de trabalho. Esses minutos devem ser usados para discussão entre os trabalhadores e realização de atividades, como envio de *e-mails* ao governador, ao secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e à Superintendência do Ceeteps.

24 de março: Ida às Câmaras de Vereadores para solicitar moção de apoio às reivindicações da categoria, a ser encaminhada ao governador, ao secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e à Superintendência do Ceeteps.

27 a 30 de março: Ida aos escritórios políticos dos deputados estaduais da região, para cobrar apoio às nossas reivindicações. Intensificação das campanhas de *e-mails* ao governador, ao secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e à Superintendência do Ceeteps.

31 de março: Tabulação dos resultados das assembleias setoriais.

4 de abril: Se esta for a decisão dos trabalhadores, ato público estadual em São Paulo, em frente à Administração do Centro, para lançamento da GREVE GERAL DA CATEGORIA POR PRAZO INDETERMINADO.

Índice salarial: queremos 32,34% para repor 3 anos de reajuste ZERO!

A nossa Pauta de Reivindicações para 2017 traz um reajuste de 32,34%, que corresponde apenas à recomposição das perdas inflacionárias de 2014 até agora, período sem qualquer reajuste salarial. E mais...

Equiparação do piso dos técnico-administrativos à Unesp

Além da reposição inflacionária para todos, a Diretoria Executiva propõe um abono para os técnico-administrativos, com a incorporação aos vencimentos, a fim de recuperar as perdas específicas deste segmento. Com este abono, a intenção é equiparar os pisos à Unesp, uma vez que o Centro ainda é vinculado à Universidade.

Também continua vigente a reivindicação de que o governo cumpra a Lei 1.080/2008 (que rege os administrativos do estado). Em relação a isso, vale lembrar que, após muita insistência do Sinteps, em 2016 a Superintendência concordou em enviar uma proposta de projeto de lei (elaborada pelo Sindicato) ao governo. Atualmente (fevereiro/2017), o projeto encontra-se parado na Secretaria de Planejamento e Gestão, de onde deve seguir para a canetada final do governador, que é quem tem a prerrogativa de mandá-lo para aprovação final na Alesp. O mesmo vale para o projeto de lei (elaborado pelo Sinteps), que estende o enquadramento especial por titulação aos técnico-administrativos e auxiliares docentes.

Benefícios

Implantação do Plano de Saúde institucional (con-

Situação dos técnico-administrativos do Ceeteps

	Salário atual	Piso da Unesp	Piso com a Lei 1.080/08
Adm. Básico	1.072,00	1.556,11	1.331,00
Adm. Médio	1.142,00	2.426,88	1.406,00
Adm. Superior	2.519,00	4.844,58	2.695,34
Saúde	1.330,74	2.974,15	----------*
Confiança	1.787,81	1.917,02 **	1.710,46***

** Na Unesp, não há esta área* *** Na Unesp, há carreira e boa gratificação* **** A esse valor, soma-se a gratificação*

quistado na carreira em 2014, mas condicionado à existência de recursos); auxílio alimentação de R$ 850,00 para todos (além do 'vale coxinha'); auxílio creche (valor de mercado); auxílio combustível igual ao vale transporte; licença maternidade de 180 dias para todas, entre outros.

Revisão da Carreira implantada em 2014, nos seguintes itens:

. Enquadramento por titulação em 2017 para auxiliares de docente e técnico-administrativos;
. Instituição do 3º nível para as funções de escolaridade de nível Básico;
. Implantação da jornada para os docentes (10, 20, 30 e 40 horas);
. Fim das avaliações de desempenho, com respeito à antiguidade – de 2 em 2 anos;
. Fim do interstício para as titulações e respeito à lei da carreira;
. Política salarial: retorno da aplicação dos índices de reajuste salarial definidos pelo Cruesp;
. Respeito à Sexta-Parte;
. Aumento das letras em função da existência de trabalhadores com mais de 30 anos de serviço;
. Aumento das referências para todas as tabelas, de modo a garantir as titulações de doutorado (ETECs), mestrado (administrativos e auxiliares docentes) e pós-doutorado (FATECs).

Campanha de redemocratização do Ceeteps

Queremos eleições diretas e paritárias (peso igual para os três segmentos) em todos os níveis (Superintendência, diretores de unidade, coordenadores). Também queremos ampliar e garantir a participação paritária da comunidade, por meio de eleições diretas, no Conselho Deliberativo da autarquia.

Está tudo no site...

A íntegra da Pauta de Reivindicações 2017, entregue ao Centro e ao governo, bem como as tabelas salariais (com a simulação do índice que estamos reivindicando), estão no *site* (www.sinteps.org.br), no item "Fique por dentro" – "Data-base 2017".
Lá, você também encontra os materiais de subsídios indicados no calendário de mobilização (abaixo-assinado, carta aos vereadores e deputados, orientações para as assembleias setoriais etc.).

Não ao fechamento de cursos!

Na reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps, em 20/2, que definiu a Pauta 2017, foi discutida uma situação que vem se tornando recorrente no Centro: o fechamento de cursos, quase sempre em prejuízo à comunidade, aos professores, alunos etc. Considerando que o Centro não investe na divulgação dos cursos das ETECs e FATECs – o que deveria ocorrer sistematicamente, pois parte da população sequer sabe que são gratuitos e de boa qualidade – e nem garante as condições necessárias para o seu bom funcionamento, não é justo que simplesmente os feche.

Neste sentido, foi incluído na Pauta 2017 um item específico sobre isso:

Manutenção dos cursos nas ETECs e FATECs – O Ceeteps deverá promover a ampla divulgação (jornais, TVs, revistas, rádios, mídias sociais etc.) dos cursos, das datas de vestibular e vestibulinho, das isenções, sobre a gratuidade e qualidade de ensino nas ETECs e FATECs, proporcionando material de divulgação para as unidades, bem como recursos para o trabalho de divulgação local.

§ 1º - Os critérios para possíveis fechamentos de cursos deverão ser amplamente divulgados, ser acompanhados por um período de três anos e, neste tempo, a comunidade escolar deverá encontrar soluções para melhorar os indicadores dos cursos em acompanhamento. A decisão de fechamento do curso se dará pelo Conselho de Escola ou pela Congregação, se ETEC ou FATEC, respectivamente.

§ 2º - O papel social da escola pública deve ser o norteador para o Ceeteps no estabelecimento dos critérios de fechamento, bem como para os critérios de ingresso, adotando a relação 1/1 nos vestibulares e vestibulinhos e 50% +1 de concluintes.

Atenção: Se há ameaça de fechamento de curso na sua unidade, e a comunidade interna e externa considera que isso não deveria ocorrer, a direção do Sinteps orienta a realização de algumas iniciativas: produção de abaixo-assinado, coleta do apoio de vereadores, prefeito e deputados da região. Caso seja esta a situação em sua unidade, informe o Sinteps pelo *e-mail* sinteps@uol.com.br, para mais orientações.

Tem dinheiro para atender nossas reivindicações? Os dados disponibilizados pelo governo mostram que sim!

O Sinteps realiza o acompanhamento do orçamento do estado de SP todos os anos.

Como ocorre anualmente, o governador encaminha uma proposta de orçamento estadual, que precisa ser apreciada e votada pelos deputados estaduais na Assembleia Legislativa de SP. Nessa proposta de orçamento, o governo prevê quanto irá ter de receitas para o exercício fiscal.

No quadro abaixo, você pode constatar que, ano após ano, o governo arrecadou mais recursos do que previu. Então, onde foi parar esse dinheiro?

Obs: O Sindicato analisa apenas o período de governo de Geraldo Alckmin.

Ano	LOA - Lei Orçamentária Anual (R$)	Arrecadado Secretaria da Fazenda (R$)	DIFERENÇA
2011 Lei 14.309/10	140.723.564.343,00	159.225.823.532,20	**18.502.259.189,20**
2012 Lei 14.675/11	156.698.055.050,00	172.866.153.793,43	**16.168.098.743,43**
2013 Lei 14.925/12	173.448.364.017,00	196.875.515.667,48	**23.427.151.650,48**
2014 Lei 15.265/13	189.112.038.732,00	209.486.514.330,74	**20.374.475.598,74**
2015 Lei 15.646/14	204.879.492.272,00	218.966.501.139,32	**14.087.008.867,32**
2016 Lei 16.083/15	207.169.365.868,00	218.622.576.688,26	**11.453.210.820,26**
DIFERENÇA TOTAL DO PREVISTO EM LEI E O ARRECADADO ENTRE 2011 E 2016			**104.012.204.869,43**

NOSSO FUTURO ESTÁ EM JOGO!

10 razões para lutar contra a Reforma da Previdência - PEC 287/2016

1. A idade mínima de aposentadoria passará para 65 anos, para homens e mulheres.

2. O prazo mínimo de contribuição será elevado de 15 para 25 anos.

3. O tempo de contribuição para aposentadoria integral, que corresponde a 100% do benefício de direito de cada trabalhador, será de 49 anos.

4. Com a nova regra, o tempo para ter direito à aposentaria integral aumentará em quase 20 anos.

5. Para se aposentar integralmente na idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá que ter começado a trabalhar, formalmente, aos 16 anos.

6. Já aqueles que ficaram longos períodos sem trabalho formal só poderão receber a aposentadoria integral se trabalharem até os 80 anos de idade ou mais.

7. Cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevida do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano.

8. A regra também valerá para o trabalhador rural, que normalmente tem jornadas mais extenuantes e pesadas que o trabalhador urbano.

9. A nova regra, ao igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres, desconsidera a realidade das trabalhadoras brasileiras, que geralmente assumem as tarefas de casa ainda na adolescência e acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho.

10. Nas pensões por morte, o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu, com um adicional de 10% para cada dependente do casal.

FORUM das seis

(Arte: Gentileza SINDJUFE-BA)

PARTICIPE DAS LUTAS!

NÃO PODEMOS ACEITAR RETROCESSOS!

Cartaz produzido pelo Fórum das Seis, instância que reúne os sindicatos e entidades estudantis das universidades estaduais paulistas e do Ceeteps

Expediente

Órgão Informativo do **SINTEPS - Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP**.
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro.
Cep 01124-060 - São Paulo - SP.

Endereço de correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - SP/SP
Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
E-mail: sinteps@uol.com.br
Site: www.sinteps.org.br
Jorn. Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
Tiragem desta edição: 5.000 exemplares